

POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA E CONSTRUÇÃO DO LUGAR: O CASO DO CONJUNTO CEARÁ - FORTALEZA - CE¹

BRAZILIAN HOUSING POLICY AND CONSTRUCTION OF PLACE: THE CASE OF CONJUNTO CEARÁ - FORTALEZA - CE

LA POLÍTICA BRASILEÑA DE VIVIENDA Y CONSTRUCCIÓN DE LUGAR: EL CASO DEL CONJUNTO CEARÁ - FORTALEZA - CE

Evelize Teixeira de Oliveira SOUSA²

evelize09@hotmail.com

RESUMO

Com a política habitacional brasileira, no regime militar, foram construídos conjuntos habitacionais tanto no interior do estado como na capital Fortaleza, entre eles tem-se o Conjunto Ceará. O artigo tem por objetivo apresentar a ação dessa política tendo como foco de análise o bairro Conjunto Ceará e seus aspectos enquanto lugar. Instituído como conjunto habitacional na década de 1970 tornou-se bairro em 1989 por meio de decreto municipal. Ao longo dos anos desde sua implantação alguns processos resultaram na transformação da dinâmica espacial e econômica do bairro. Pretende-se nesse texto abordar algumas dessas questões e mostrar que os moradores possuem uma relação de identidade com o bairro, caracterizando-o como um lugar. Para isso faz-se uso dos teóricos: Carlos, Corrêa, Villaça e Maricato para tratar das questões da cidade e do urbano. Já sobre o conceito lugar e todas as relações que o permeiam utilizou-se como referência Carlos. Como procedimentos operacionais foram realizados trabalhos de campo, revisão bibliográfica, elaboração de mapas, pesquisa em jornais, registros fotográficos e entrevistas com moradores do bairro.

Palavras-chave: Política habitacional. Conjunto habitacional. Construção do lugar.

ABSTRACT

With the Brazilian housing policy, in the military regime, were built housing developments both in the country and in the capital Fortaleza, among them, the Conjunto Ceará. The article aims to present the action of this policy focusing on the analysis of Conjunto Ceará district and its aspects as a place. Instituted as housing development in the 1970s became district in 1989 through a municipal decree. Over the years since its deployment, some processes have resulted in the transformation of spatial and economic dynamics of the district. This paper intends to approach some of these issues and show that residents have an identity relationship with the district, characterizing it as a place. To address

¹ O artigo constitui parte dos resultados apresentados na monografia do curso de Especialização em Planejamento e Gestão Ambiental da UECE em 2014.

² Geógrafa, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, bolsista Funcap e integrante do Laboratório de Estudos de População - LepopUECE.

questions on the city and urban context, Carlos, Corrêa, Villaça, and Maricato were consulted. To discuss about the concept of place and all its related elements, Carlos was used as reference. As operating procedures were conducted fieldwork, literature review, mapping, research papers, photographic records and interviews with district residents.

Keywords: Housing policy. Housing developments. Construction of place.

RESUMEN

Tras el régimen militar brasileño, se ha construido viviendas públicas en las ciudades del interior y en la capital del estado de Ceará, entre ellas el Conjunto Ceará. El artículo tiene como objetivo presentar la acción de la política cuyo análisis se centra en el barrio Conjunto Ceará y sus aspectos como un lugar. Instituido como una vivienda pública en la década de 1970 se convirtió en barrio en 1989 por decreto municipal. A través de los años desde su creación algunos casos dieron lugar a la transformación de las dinámicas espaciales y económicas del barrio. Este texto trata de algunos de estos temas y demuestra que los residentes de este barrio tienen una relación de identidad en su vecindario, por lo que le caracterizan como un lugar. Para realizar este análisis se han utilizado los teóricos: Carlos Corrêa, Villaça y Maricato en sus aportaciones acerca de los problemas de la ciudad y de lo urbano. Acerca del concepto de lugar y todas sus relaciones con la ciudad, se utilizó Carlos como referencia. Se elaboraron los procedimientos de operación como el trabajo de campo, revisión de la literatura, la cartografía, documentos de investigación, registros fotográficos y entrevistas con los habitantes del barrio.

Palabras clave: Políticas de vivienda. Viviendas públicas. Construcción del lugar.

1. INTRODUÇÃO

A moradia é um lugar extremamente importante para a reprodução do homem, pois é uma área de descanso, um abrigo contra as intempéries e um lugar de identidade. Por isso, o significado da moradia vai além de um simples objeto para se tornar, acima de tudo, um direito que deveria ser concedido a todos.

Nas últimas décadas foi comum o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos que trataram do tipo, da quantidade e em que condições estavam as moradias brasileiras. Assim, o problema da habitação não é algo recente ou algo que está restrito apenas aos países periféricos como o Brasil, mas também atinge os ditos “países desenvolvidos”. Acredita-se que o problema da habitação não esteja limitado apenas a carência de moradia, mas diz respeito

ao acesso à cidade, condicionado, principalmente, pelo modo de produção capitalista que transformou a terra em mercadoria (VILLAÇA, 1986).

Com o próprio desenvolvimento do capitalismo “a obrigação de oferecer habitação àqueles que não têm condições econômicas de pagar por uma, passa progressivamente a ser do Estado” (VILLAÇA, 1986, p.4). Avaliar-se-á, neste artigo, as ações do governo brasileiro, durante os anos de 1964 a 1982, por meio dos órgãos executivos da política urbana tendo como enfoque a ação do Banco Nacional de Habitação – BNH em Fortaleza, tratando-se especificamente do caso do Conjunto Ceará. Pretende-se ainda nessa pesquisa apresentar como este se tornou bairro e algumas considerações sobre o Conjunto Ceará na perspectiva do conceito de lugar.

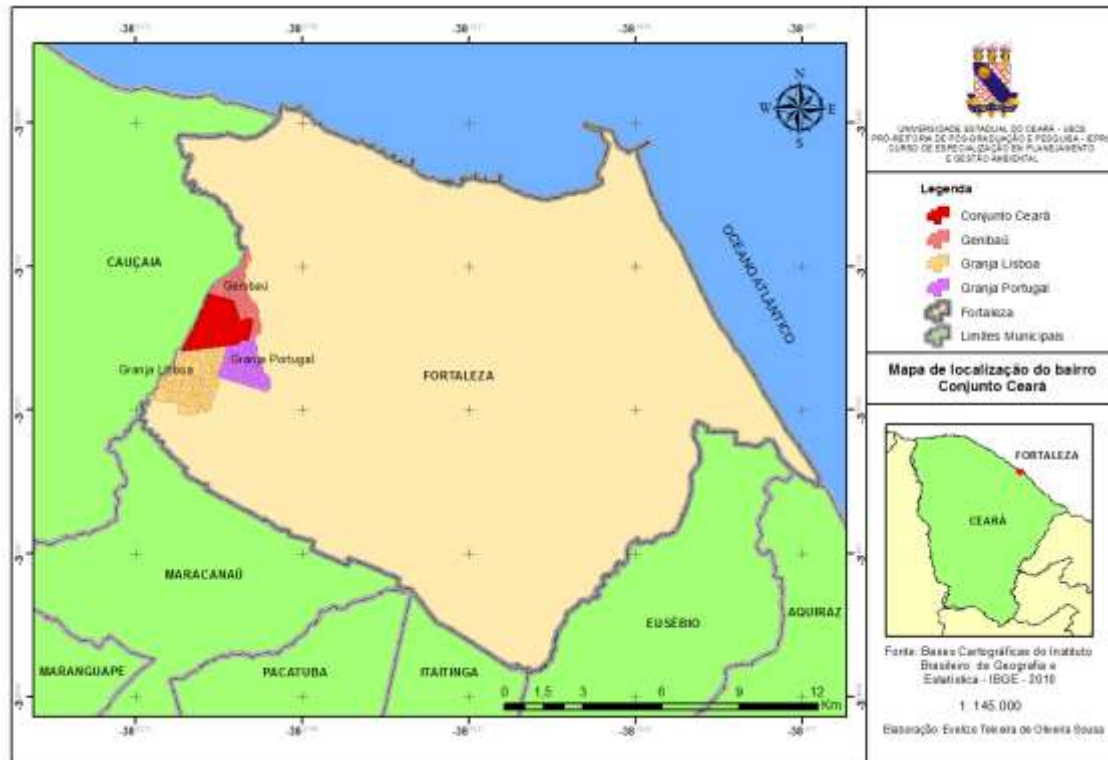
Para a realização da pesquisa foram realizados trabalhos de campo, análise bibliográfica sobre a temática abordada, elaboração de mapas, pesquisa em jornais, registros fotográficos e entrevistas com moradores.

O Conjunto Ceará e a Política habitacional brasileira

O Conjunto Ceará é um bairro situado na porção sudoeste de Fortaleza. Limita-se ao norte com o bairro Genibaú, ao sul com Granja Lisboa e Granja Portugal e a oeste com o município de Caucaia (Mapa 01). O bairro, segundo o último Censo Demográfico, possui uma população de 42.894 habitantes (IBGE, 2010) compreendida em 390,7 hectares. Com o passar dos anos o Conjunto Ceará cresceu e desenvolveu expressivamente, tanto a sua população, como a oferta de comércio e serviços. Hoje, o bairro dispõe de mais de 700 estabelecimentos³ entre comércios, indústrias e empresas de prestação de serviços. Destaca-se que o bairro possui infraestruturas urbanas⁴ utilizadas tanto pela população do Conjunto Ceará como também pelos moradores de bairros vizinhos, por isso sua condição de subcentro. Mesmo sendo composto por uma população que vem crescendo, de 41.854, em 2000, para 42.894, em 2010, conforme os dois últimos censos demográficos (IBGE, 2000 e 2010) e dispondo de certo dinamismo comercial, o Conjunto Ceará só veio tornar-se bairro oficialmente com a Lei nº 6.504, de 11 outubro de 1989.

³ Leitão Neto (2008).

⁴ Terminal de ônibus, escolas, posto de saúde, hospital maternidade e delegacia.



Mapa 01 – Localização do bairro Conjunto Ceará. (Elaboração: Evelize Teixeira, 2014).

A construção do Conjunto Ceará teve como contexto político o regime militar, no qual o planejamento urbano brasileiro conheceu seu período de maior desenvolvimento, através da elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNUD (MARICATO, 2007). A PNUD foi elaborada para ser executada em todo o Brasil, sendo a Secretaria de Articulação entre Estados e Municípios - Sarem e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - Serfhau as instituições responsáveis por acompanhar a aplicação desses recursos entre as instâncias federal, estadual e municipal.

Para a execução dessa política urbana foi instituída a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964 na qual o governo federal interviria no setor habitacional por intermédio do Banco Nacional de Habitação – BNH, do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – Serfhau, das Caixas Econômicas Federais, Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado - Ipase, das Caixas Militares, dos órgãos federais de desenvolvimento regional e das sociedades de economia mista⁵. Segundo o Art. 1º desta referida lei, os órgãos públicos

⁵ Art. 2º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964 institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

BNH e Serfhau seriam responsáveis pela coordenação, assistência técnica e financeira e, também, pela orientação da iniciativa privada a fim de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da casa própria, especialmente, para as classes de menor renda.

Foi nessa conjuntura política, estimulada pela instância federal, que foram estabelecidos programas habitacionais e de infraestrutura urbana nas principais capitais brasileiras. Para executar a política urbana proposta pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964 foi necessária a criação de órgãos estaduais e municipais. No caso do Ceará, no ano de 1964, foi criada a Companhia Habitacional do Estado do Ceará – CHEC,

a qual, a partir de 1968, foi transformada em Cohab-CE, responsável pelos projetos do interior do estado, e Cohab-FOR responsável pelas realizações na capital, Fortaleza. Em 1972 a Cohab-FOR se fundiu à Cohab-CE que manteve esta estrutura até sua extinção em 1999 (ARAGÃO, 2010, p. 25).

Conforme dados da Fundação Instituto de Planejamento do Estado do Ceará - Iplance (1979) foram construídas pela Cohab-CE, de 1967/março a 1978, 8.945 unidades habitacionais, das quais 7.884 se encontravam em Fortaleza e 1.061 no interior do estado. Nas décadas de 1970 e 1980, a Cohab instalou outros conjuntos habitacionais, os quais não se restringiram a capital, mas beneficiaram alguns municípios componentes da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF (Figura 01).

Nesse período foram criados os seguintes conjuntos habitacionais na RMF: Pirambu (1967), Monte Castelo (1968), Aliança I (1970), Aliança II (1980), Santa Luzia do Cocó (1971), Prefeito José Walter (1973), Conjunto Ceará I (1977), Conjunto Ceará II (1978), Conjunto Ceará III (1979), Conjunto Ceará IV (1981), Esperança (1981) e Novo Mondubim (1982) em Fortaleza, Planalto Caucaia (1984), Araturi I (1985), Araturi II (1985), Nova Metrópole (1985), Nova Metrópole II (1985) em Caucaia, Industrial (1979), Acaracuzinho (1982), Timbó (1983), Jereissati I (1985) em Maracanaú e Jereissati II (1986) e Jereissati III (1987) em Pacatuba (PAIVA, 2010).



Figura 01 - Conjuntos habitacionais construídos na Região Metropolitana de Fortaleza nas décadas de 1970 e 1980. (**Elaboração:** Evelize Teixeira, 2013).

Em particular, o projeto inicial para a construção do Conjunto Ceará, (VIANA, 1996) previa a construção de 8.669 casas, assim distribuídas: em 1977, 966 unidades na 1ª etapa; em 1978, 2.516 na 2ª etapa; em 1979, 2.037 na 3ª etapa; e, em 1982, 3.150 na 4ª etapa. A análise de plantas arquitetônicas pesquisadas na Biblioteca do Curso de Arquitetura, da Universidade Federal do Ceará, permitiu aferir que além da construção das habitações já eram previstos no projeto urbanístico: centro de abastecimento alimentar, escolas de 1º grau, centro comunitário, posto de saúde, posto policial, núcleos de serviço social e de comércio.

No entanto, alguns desses equipamentos planejados não tiveram condições adequadas de funcionamento, conforme depoimentos de antigos moradores, na década de 1980: “[...] o Conjunto Ceará só tinha calçamento nas Avenidas, os prédios para escolas, comércio e posto policial estavam construídos, mas não dispunham de nenhuma condição de funcionamento, pois lhe faltavam completamente a infra-estrutura [sic.]” (VIANA, 1996, p.32).

Mesmo o Conjunto Ceará apresentando esse número elevado de unidades habitacionais e de certa quantidade de equipamentos urbanos planejados, ressalta-se que havia outras dificuldades para o acesso à casa própria, pois existia um hiato entre o discurso pregado pela política urbana e a realidade social.

Segundo a Revisão da Política Habitacional para as Populações de Baixa Renda (IPLANCE, 1978) os candidatos inscritos no processo de aquisição das casas, no Conjunto Ceará, deveriam atender aos seguintes critérios: renda familiar de até 5 salários mínimos, nenhuma queixa no Sistema de Proteção ao Crédito - SPC, comprovante de renda, idade até 60 anos, família numerosa e condições de habitação precária. Observando esses critérios, nota-se que os trabalhadores pobres, parte significativa da população que mora em áreas invadidas, favelas ou áreas de vulnerabilidade ambiental não se enquadraria nesses requisitos estabelecidos pelo programa da Cohab. Acredita-se que este fato ocorreu por conta do financiamento para compra das casas. Como o programa tinha a participação de bancos que estavam envolvidos diretamente no financiamento das casas, estes concediam o direito à moradia às famílias que tivessem mais condições econômicas de quitar as dívidas estabelecidas no processo. Desta forma, a população de baixa renda que deveria ter o atendimento priorizado pela política habitacional ficava aquém dessa oferta habitacional.

Essa realidade evidenciada no Conjunto Ceará reflete a própria produção da cidade, pois “no espaço urbano, por exemplo, fundem-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência contra a segregação no espaço residencial e pelo direito à cidade” (CARLOS, 2001, p.26). No caso do Conjunto Ceará nota-se que os interesses do capital se sobressaíram dentre os demais, visto que apenas uma parte da população de baixa renda obteve acesso à casa própria.

Mas a cidade é composta por outros agentes que atuam diretamente na sua produção e reprodução. Para Corrêa (1989) os agentes sociais que fazem e refazem a cidade são: “os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos” (p.12). No caso do Conjunto Ceará a relação entre esses agentes foi conflituosa, pois grande parte dos

equipamentos urbanos só foi instalada, posteriormente, a conclusão das primeiras etapas, o que acabou proporcionando muitos transtornos aos moradores do bairro. Ao analisar fotos antigas do Conjunto Ceará, que datam dos primeiros anos da construção da 1ª etapa, é possível observar a falta de pavimentação das ruas.

Conforme Viana (1996):

Até o meio da década de oitenta, as reivindicações dos moradores se voltaram para o fornecimento regular de água, por melhoria da iluminação pública, por mais energia elétrica, por escolas mais eficientes através de uma administração capaz de oferecer professores competentes, por melhor material didático e organização escolar, por melhor estrutura e atendimento em posto de saúde, por melhores transportes coletivos, por mais meios de comunicação que facilitassem a vida comunitária, portanto, nesse período, as organizações comunitárias estavam mais preocupadas em construir uma articulação interna que favorecesse o desenvolvimento do Conjunto Ceará. (VIANA, 1996, p.42).

Ressalta-se que os programas habitacionais implantados pelo governo proporcionaram, de certo modo, o acesso a moradia para parte da população de Fortaleza, contudo, juntamente com a construção das habitações era necessária a implantação de equipamentos urbanos que servissem efetivamente a essa população. No caso específico do Conjunto Ceará nota-se, através da citação, que isso de fato não ocorreu. Por isso, havia tantas demandas reivindicadas pelos moradores do Conjunto Ceará que por meio da luta e organização destes constituíram-se em conquista para a comunidade.

Tipologia das habitações do Conjunto Ceará e a construção do lugar

Enquanto conjunto habitacional o Conjunto Ceará foi planejado para ter como principal função a residencial, desta forma as casas construídas pelo governo tinham padrões arquitetônicos idealizados por técnicos e urbanistas caracterizados em quatro tipos de habitações: A, B, C e D (Quadro 01).

Quadro 01 - Tipologia das habitações – Conjunto Ceará – Fortaleza (Dez./76)

Casa tipo	Valor Unitário (Cr\$) dez/76	Tamanho em m ²	Compartimentos
A	25.803,38	23	Sala, cozinha, banheiro, quarto e lavanderia externa
B	36.000,96	41	Sala, cozinha, banheiro, lavanderia externa e dois quartos
C	38.378,07	48	Sala, cozinha, banheiro, lavanderia externa, um quarto duplo sem divisão, área coberta atrás e varanda na frente
D	46.578,95	57	Sala, cozinha, banheiro, lavandeira externa, três quartos e varanda na frente

Fonte: Adaptado de Iplance (1979) e Viana, (1996).

Essas características e o padrão adotado na construção dos conjuntos habitacionais conferiam a eles casas semelhantes, repetidas, igualitárias, transformando esses assentamentos humanos em formações monótonas (Figura 02).



Figura 02 - Casa tipo B – Conjunto Ceará. (Fonte: Carvalho, 1978).

Contudo, após o recebimento das casas os moradores começaram a alterar as fachadas, a reformar e ampliar os cômodos, construindo muros, transformando as habitações de modo a atender as suas necessidades, logo, modificando a arquitetura da habitação.

Essas mudanças ocorreram para adaptar o padrão urbanístico governamental às especificidades das estruturas familiares, às estéticas dos moradores, e às novas necessidades dos habitantes. Ao longo dos anos as

habitações geminadas (Figura 03) tomaram fachadas diferenciadas e texturas particulares rompendo com a monotonia arquitetônica inicial, e, em alguns casos, a área foi ampliada com a construção de pavimentos superiores (Figura 04).

Após três décadas, o bairro Conjunto Ceará está bastante alterado, abrigando mais habitações e diversas tipologias de domicílios. De acordo com o IBGE (2010), atualmente, existem 12.216 unidades habitacionais no bairro, das quais 11.754 são casas, 126 casas de vila ou condomínio, 316 apartamentos e 20 habitações em casa de cômodos ou cortiços. Desde a criação do conjunto habitacional até agora foram acrescentadas 3.547 unidades habitacionais ao bairro com distintas características.



Figura 03 - Habitações geminadas – Conjunto Ceará. (Fonte: Evelize Teixeira, 2013).



Figura 4 - Habitação reformada com 2 pavimentos – Conjunto Ceará . (Fonte: Evelize Teixeira, 2013).

Essa mudança na tipologia dos domicílios descaracterizou o Conjunto Ceará enquanto conjunto habitacional projetado pelos técnicos do Estado e o identificou com seus moradores, criando formatos habitacionais particulares de acordo com o gosto e a renda de seus moradores.

Destaca-se ainda que as dificuldades enfrentadas pelos moradores nos primeiros anos de inauguração do conjunto habitacional favoreceram a organização e mobilização por melhorias em prol da comunidade. As entidades e grupos mais atuantes nas décadas de 1990 eram: Conselho Comunitário, Frente de Luta, Associação Cultural dos Artistas, Associação dos Moradores, Central de Cultura e Organização Popular, Movimento Familiar Cristão e Movimento Hip Hop MH2O (ALENCAR, 1993). Estas entidades reivindicavam ações em áreas da saúde, educação, segurança, cultura e lazer. Acredita-se que as adversidades vivenciadas pelos moradores do conjunto habitacional reforçaram o sentimento de identidade e de coletividade no Conjunto Ceará.

Para Lefebvre (2001):

os violentos contrastes entre a riqueza e a pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à Cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra. No contexto urbano, as lutas de facções de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer (LEFEBVRE, 2001, p.13).

O pertencimento é uma característica marcante dos moradores do bairro, principalmente, dos mais antigos. Com isso, objetivando compreender melhor esta relação associou-se este sentimento ao conceito de lugar trabalhado por Ana Fani Alessandri Carlos. Segundo esta autora:

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *triade habitante - identidade - lugar*. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. [...] O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro é a praça, é a rua (CARLOS, 2007, p.17).

O lugar se constitui no nível do cotidiano, por conta disso, só pode ser pensado do ponto de vista do indivíduo e das relações que este mantém com o meio onde vive, trabalha ou estabelece essas relações.

Através da fala de alguns moradores e da análise de registros jornalísticos antigos do Jornal O POVO (1993) percebeu-se a forte relação de identidade destes

com o bairro. Seja pela participação efetiva nos processos de reivindicação, como pela apropriação e pelo uso de praças e espaços de lazer utilizados pelos habitantes do Conjunto Ceará. Por meio dos trabalhos de campo foi possível registrar alguns momentos da apropriação e uso de áreas pelos moradores do bairro (Figura 05).



Figura 05 – Moradores utilizando uma praça no bairro Conjunto Ceará. (Fonte: Evelize Teixeira, 2014).

O Conjunto Ceará mesmo podendo ser considerado um lugar e apresentando características bem particulares, nos últimos 36 anos sofreu transformações tanto na tipologia das habitações como, também, na própria caracterização de suas funções.

De conjunto habitacional a bairro de Fortaleza

O crescimento populacional e a expansão urbana do Conjunto credenciaram o lugar para se transformar em bairro. Acredita-se que a construção de novos equipamentos urbanos e a própria reurbanização do bairro na década de 1990 contribuíram diretamente com esse processo. Para Leitão Neto (1999):

[...] a reurbanização do bairro não só trouxe a melhoria da qualidade de vida, mas influenciou positiva e profundamente, a auto-estima dos moradores. [...] O início dos anos 90 constituiu, também, ponto de partida para uma renovação dos projetos pessoais dos moradores. Novos comércios foram inaugurados, principalmente aqueles ligados ao setor do entretenimento (LEITÃO NETO, 1999, p.12 -13).

Outros elementos como a implantação de bancos e o financiamento de pequenos negócios por parte da Prefeitura e do Estado também podem ser citados como ações que contribuíram para o desenvolvimento do comércio no bairro.

Percebe-se como uma tendência a transformação de conjuntos habitacionais em bairros na cidade de Fortaleza, pois esse processo ocorreu, também, nos conjuntos habitacionais: José Walter, Monte Castelo, Mondubim e Esperança.

Acredita-se que esse processo, de transformação de conjuntos habitacionais em bairros, esteja associado tanto ao crescimento da área, ao aumento da população, a própria dinâmica econômica e ao fluxo de transportes, quanto à mobilização popular que irá reivindicar ações e melhorias para esta área. Para transformar um conjunto habitacional em bairro é necessário alguns critérios, como: ter uma população expressiva e número suficiente de equipamentos e serviços urbanos que atendam a essas pessoas. A institucionalização dessa transformação se dá por decreto municipal onde se reconhece a legitimidade do pleito. No caso do Conjunto Ceará, de acordo com Viana (1996) o Projeto de Lei que conferiu a denominação de bairro foi uma das conquistas do Conselho Comunitário do Conjunto Ceará. Porém, o bairro não é apenas uma porção no espaço urbano delimitado legalmente por um decreto. O significado desta unidade territorial vai além dessa descrição. Sousa (1987 *apud* BEZERRA, 2011, p. 23) coloca que:

[...] além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, “o sentimento de localidade” existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico (SOUSA, 1987 *apud* BEZERRA, 2011, p. 23).

O bairro não se restringe apenas ao espaço jurídico definido pelo Estado, mas por ser constituído por uma população que carrega em si aspectos de pertencimento e de afetividade. Essas relações são construídas pela convivência e pelo próprio contexto comum vivenciado pelos moradores do bairro: as dificuldades, as reivindicações e as conquistas.

No tocante as atuais características do bairro Conjunto Ceará, seja pela sua população ou pelos tipos de domicílios, destaca-se que esses atributos são

resultado do próprio crescimento e desenvolvimento da cidade de Fortaleza, pois o bairro não pode ser pensado e interpretado fora deste contexto.

Analisando detalhadamente os dados da população do Conjunto Ceará através da divisão dos grupos etários em jovens, adultos e idosos, nota-se que a predominância é de adultos, correspondendo a 61,32 % da população, seguido por jovens 26,31% e idosos 12,37%. Esses valores representam a característica principal do processo de transição demográfica no qual o Brasil passa nas últimas décadas. Nesse processo a pirâmide etária, que tem em sua base a população jovem, no meio a população adulta e no topo a população idosa, sofre uma diminuição na sua base e um alargamento tanto no meio como no seu topo. A esse processo pode-se relacionar diretamente: o avanço das técnicas de saúde, a inserção da mulher no mercado de trabalho, a diminuição das taxas de natalidade e também a diminuição das taxas de fecundidade.

Ainda utilizando as informações do IBGE do Censo Demográfico de 2010, nota-se que a população do Conjunto Ceará não possui uma renda homogênea. O bairro é constituído por 12.216 domicílios dos quais 30,22% (3.692) apresentam rendimento de até 1 salário mínimo⁶. O baixo rendimento dos responsáveis pelos domicílios irá repercutir diretamente na qualidade de vida da família, visto que as necessidades básicas que demandam a própria reprodução social dos indivíduos (acesso ao transporte, lazer, saúde, educação e moradia) requerem um custo incompatível com o salário mínimo que quase um terço da população local recebe.

Esse percentual de rendimento que equivale a população pobre do bairro contrasta com outros 16,67 % (2.037) dos domicílios, nos quais os chefes apresentam rendimentos que variam de mais de 5 a 10 salários mínimos. Esses rendimentos diferenciados observados no Conjunto Ceará irão refletir diretamente na sua configuração espacial. Por isso, pode-se observar dentro do próprio bairro a disparidade desses rendimentos expressa na tipologia das habitações (Figuras 06 e 07).

⁶ Os valores apresentados referem-se à classe de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio.



Figura 06 - Casa horizontal de arquitetura simples – Conjunto Ceará. (Fonte: Pesquisa Direta, 2013).



Figura 07 - Casa verticalizada com padrão sofisticado – Conjunto Ceará. (Fonte: Pesquisa Direta, 2013).

As fotografias mostram visivelmente a diferença de classes sociais existentes no Conjunto Ceará. Para Carlos (2001) “o uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma

desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social” (p.23).

A cidade compreende um conjunto complexo formado não só por elementos fixos no espaço (prédios, vias, casas), mas também resultado da ação de determinados agentes sociais. Percebe-se que este espaço é um local de luta, e concentra as desigualdades espaciais e sociais resultantes das contradições do sistema capitalista.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política habitacional brasileira instituída e executada durante o regime militar criou conjuntos habitacionais no Ceará, principalmente, em Fortaleza, Maracanaú e Caucaia, cidades que compõem a RMF. Neste contexto destaca-se o Conjunto Ceará, conjunto habitacional localizado na porção sudoeste da capital cearense inaugurado na década de 1970.

A análise sobre a política habitacional brasileira, especificamente, sobre a implantação do Conjunto Ceará, objeto em questão, permitiu a reflexão de como se deu a produção desse conjunto habitacional em Fortaleza, como este se transformou em bairro e como este se configura atualmente. Observou-se que a política habitacional executada em Fortaleza, tentou padronizar a tipologia dos domicílios populares, mas a aquisição da casa própria por parte da população com renda formal permitiu uma descaracterização do Conjunto, ao mesmo tempo em que se construía o lugar com o gosto e a estética dos moradores, desenvolvendo uma identidade dos moradores com o novo bairro.

Mesmo que a política habitacional visasse à população de baixa renda, a formalização da comprovação da renda impediu que os trabalhadores do setor informal tivessem acesso à moradia. Como ponto favorável alguns conjuntos habitacionais foram projetados e construídos com infraestruturas que refletiram diretamente na qualidade de vida de seus moradores. Porém, nos anos iniciais de criação do conjunto habitacional os habitantes enfrentaram dificuldades pela carência de equipamentos e infraestruturas urbanas.

Alguns autores afirmam que a construção e a transformação do Conjunto Ceará em bairro foi uma consequência tanto da intervenção do Estado como também da pressão dos moradores. Essa participação dos moradores na

produção e transformação do Conjunto, nas ações mais corriqueiras dos indivíduos construíram sociabilidades que criaram a relação de identidade e de pertencimento dos moradores do Conjunto Ceará. Com base em Carlos (2007) no tocante ao conceito de lugar e pela análise de registros jornalísticos da década de 1990 e conversas com os antigos habitantes do bairro foi possível compreender o Conjunto Ceará enquanto um espaço vivido pelos moradores. Seja pela apropriação dos espaços, como pela organização e luta por melhorias.

Conclui-se que, os anseios dos moradores do bairro transformados em reivindicações, por infraestruturas e equipamentos urbanos, têm sido essenciais para exercer o direito a viver e usufruir a cidade de uma maneira plena.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, M. O movimento comunitário supera as divergências. O POVO nos bairros. **O POVO**. Fortaleza, 9 out. 1993.

ARAGÃO, T. A.. **Influência das políticas habitacionais na construção do espaço urbano metropolitano de Fortaleza** - histórias e perspectivas. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

BEZERRA, J. A.. Como definir o bairro? Uma breve revisão. **Geotemas**, Rio Grande do Norte, v. 1, n. 1, p. 21-31, jan./jun., 2011. Disponível em: <<http://www2.uern.br/index.php/geotemas/article/viewFile/118/109>>. Acesso em: 01 ago. 2013.

BRASIL. **Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964**. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm> Acesso em: 19 jul. 2013.

CARLOS, A. F. A.. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: LABUR, 2007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/O_lugar_no_do_mundo.pdf> Acesso em: 31 jul. 2013.

CARVALHO, A. R. de A. .Figura 2. **Trabalho de disciplina 059 Curso de Arquitetura**. Fortaleza, CE: UFC (s.n.), 1978.

CORRÊA, R. L.. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**.

IPLANCE. **Revisão da Política Habitacional para as populações de baixa renda.** Fortaleza, 1979.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E.. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias – planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia. **A cidade do pensamento único – desmanchando consensos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LEITÃO NETO, P.. **Conjunto Ceará, Polo de Desenvolvimento.** Fortaleza: Prodecom, 1999.

O POVO. O POVO nos bairros. Caderno Especial. **O POVO.** Fortaleza, 9 out. 1993.

PAIVA, J. P. M.. **Análise microclimática em Conjuntos Habitacionais: o caso do Conjunto Ceará – Fortaleza/CE.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

VIANA, M. D.. **A história do Conjunto Ceará: suas lutas e conquistas.** Monografia (Especialização em Teoria e Pesquisa em História) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1996.

VILLAÇA, F.. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.** São Paulo: Global, 1986.